

## ARTIGO

# CELEBRANDO FLORESTAN FERNANDES E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Amone Inacia Alves<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo discute a questão educacional brasileira, inserida em um contexto maior do capitalismo dependente e periférico, utilizando como enfoque básico o pensamento de Florestan Fernandes. O centro de análise foi pensar a educação em termos de formação da classe trabalhadora, com qualidade e acessibilidade, visando a possibilitar a construção de uma sociedade democrática e livre. Explica porque a educação de jovens e adultos, pensada em termos de autonomia, é incompatível com a sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Capitalismo dependente. Ensino brasileiro. Educação. Revolução burguesa brasileira.

O texto a seguir é um “estado de arte” dos significados sociais sobre a vasta obra de Florestan Fernandes, principalmente no campo da educação. Para essa análise, discutiremos alguns conceitos fundamentais para esse entendimento, como Revolução burguesa e capitalismo dependente.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação FE/ UFG. Atua como docente na Universidade Estácio de Sá de Goiás na área de Ciências Humanas e Sociais.

A fim de nos determos a uma análise apurada do pensamento de Florestan Fernandes faz-se necessário mostrar as suas contribuições no âmbito da Sociologia Crítica, cujo estatuto de ciência buscou imprimir no Brasil. Ademais, a sua obra traz como marca a reflexão sobre a realidade social, bem como o questionamento acerca das formas tradicionais de análise. Os seus trabalhos discutem a dinâmica da sociedade, indo muitas vezes de encontro ao pensamento de seus contemporâneos. Outra marca que está presente em sua obra é a questão do método aplicado, cuidado que teve ao longo da sua carreira como pesquisador<sup>2</sup>, seja no tocante às pesquisas sobre os índios, escravos, abolição, teorias das revoluções – a exemplo do que considerou a revolução burguesa no Brasil - folclore, educação e organizações sociais, seja na tese de doutoramento sobre a função da guerra para os Tupinambás.

Pensando na perspectiva dos oprimidos, pois também se considerava um<sup>3</sup>, criou um novo modo de interpretar a realidade social, aparecendo na sua obra sujeitos invisíveis, como cidadãos comuns, trabalhadores pouco contemplados em pesquisas até então feitas (CAMACHO, 1997).

[...] é fundamental a presença de grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes. É o caso do negro escravo e livre, isto é, do trabalhador braçal na lavoura e indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo. Ao lado da presença de índios, imigrantes, peões e outros, a do negro na história social brasileira desvenda perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico da sociologia, nas ciências sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro. (IANNI, 1996, p. 27).

<sup>2</sup> Na primeira fase da sua vida acadêmica foi professor assistente de Fernando Azevedo e depois de Roger Bastide.

<sup>3</sup> As origens de Florestan Fernandes refletem a desigualdade social presente no Brasil. Filho de empregada doméstica, de origem imigrante pobre, trabalhou desde os sete anos de idade, morando com a mãe na casa dos seus patrões, que se recusavam a chamá-lo pelo nome Florestan, por achá-lo sofisticado demais, alcunhando-o de Vicente. Foi atendente de lanchonete, dando a continuidade aos estudos em uma idade superior aos seus colegas. Adentrou na Universidade de São Paulo para estudar Sociologia, tendo sido aluno de Roger Bastide, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, dentre outros renomados pesquisadores europeus que se instalaram no Brasil por ocasião da fundação da Universidade de São Paulo (USP).

A riqueza de personagens reais aparece sobejamente na obra de Fernandes, tanto para entendê-los nos seus contextos sociais mais amplos, como para pensar em formas de incluí-los em uma discussão maior em termos de inserção social. Com esse propósito, as suas análises apontaram para outra direção muito mais ampla. Quando se tratou de pensar no caráter dessa inserção, chamava a atenção para o fato de que uma sociedade livre e igualitária só seria possível pela apropriação do conhecimento estendido para todas as pessoas, conforme veremos na última parte dessa análise.

### **A gênese do pensamento**

Referindo-se à obra de Florestan Fernandes, Ianni (1996, p. 41) afirma que

A Sociologia se viu confrontada com as contradições da classe em expansão. Para poder apanhar tais contradições em suas condições, causas e efeitos, precisou adaptar as suas técnicas de observação, de análise e de explicação a um padrão de atividade que incorporasse a negação da ordem social.

O autor se preocupou em pensar não em modos de uma Sociologia brasileira, mas em “uma Sociologia feita no Brasil e para o Brasil” (FERNANDES, 1994, p.137). Entre os temas elencados para essa forma de fazer Sociologia, encontram-se a ideia da modernização e transformação social, sobretudo no que tange aos impasses gerados e dilemas vivenciados.

A fim de explicitar em sua obra essas questões, manteve constante diálogo com os principais interlocutores da Sociologia, utilizando três correntes do pensamento sociológico em suas análises: Durkheim, Marx<sup>4</sup> e Weber. Não deixou, contudo, de estabelecer contato com outros autores renomados, como Le Play, Simiand, Gurvitch, Mauss, Bastide, Sombart, Pareto, Simmel, Tönnies, Wiese, Freyer, Malinowsky, Radcliffe

---

<sup>4</sup> Marx, até pela perspectiva socialista presente, foi, sem dúvidas, quem mais influenciou o pensamento de Fernandes. Vê-se uma contínua interlocução com as obras de outros renomados marxistas como Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci.

Brown, Park, Burgess, Merton, Parsons, Wright Mills, Mannheim, dentre outros.

Houve, ainda, uma preocupação de Fernandes de retomar, em seus estudos, a crítica do pensamento brasileiro, dialogando de forma explícita com outros intérpretes, literatos ou pensadores de outras épocas, não menos importantes, como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim, Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Luiz Carlos Prestes e outros escritores e cientistas sociais (IANNI, 1987).

Homem apaixonado que foi<sup>5</sup>, tanto pela ciência Sociológica, como pelas defesas que fez na carreira parlamentar, o pensamento de Fernandes é carregado pelo que Demerval Saviani denominou de homem *publiscita*, pois as suas conclusões como intelectual foram inúmeras vezes traduzidas para discursos parlamentares no momento em que se pensou em mudar a “feição” da escola pública, quando da adoção da nova Lei de Diretrizes e Bases.

Já bastante adoentado, escreveu uma série de textos e defendeu arduamente uma educação que possibilitasse a formação de um espírito de cidadania e de progresso social, cujos programas fossem voltados para uma boa escola pública e de qualidade. Mesmo após a sua morte, vários artigos, ainda não completamente acabados, foram publicados expressando as suas ideias.

## **A revolução burguesa no Brasil**

Quando se trata da análise do caráter da economia brasileira, os “alunos” de Florestan Fernandes ressaltam o destaque de sua produção:

Mas do que marca indelevelmente a produção de Florestan e atesta a originalidade da sua reflexão é menos a análise da transformação, mas, sobretudo, o relevo conferido aos

---

<sup>5</sup> O próprio Florestan Fernandes se autodefinia como um sociólogo e militante socialista. Essa dupla militância era expressa em sua obra, que rejeitava o economicismo e o dogmatismo presentes no chamado marxismo vulgar.

entraves à modernização brasileira. São os empecilhos que conferem o tom dominante da discussão. É na ordem social competitiva que se dá a classificação, mas é no universo da produção que emerge a função estratificadora na acepção de Marx. (ARRUDA, 1996, p. 13).

Encontra-se no cerne de grande parte da sua preocupação sociológica, buscar as bases que impulsionaram o que ele chamou de subdesenvolvimento e dependência, denominado por ele de “heteronomia”<sup>6</sup>, conceito derivado de Marx e Weber. Para explicitar esse conceito, recorreu ao passado dependente escravocrata e periférico, determinado pelo que designou de capitalismo incompleto, tardio e subordinado ao imperialismo, cuja mutação burguesa presente nas estruturas de dominação política, conduziu a uma autocracia burguesa, que por sua vez gerou um desenvolvimento econômico desigual, retardatário e dependente dos principais centros da economia mundial.

De uma estrutura dependente dos fatores exógenos dessa economia, originada do molde colonial subordinado à metrópole, criou-se no Brasil um tipo de dependência interna, empreendimento conseguido graças ao caráter revolucionário da burguesia nacional. Florestan Fernandes enxergou essa revolução burguesa como um fenômeno estrutural, que conseguiu se reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas as condições e circunstâncias que coube à sociedade brasileira absorver, ensejando o padrão de civilização convertido em necessidade histórico-social.

De outra ótica, significou uma qualificação positiva, no que se refere à emergência e consolidação do capitalismo. Ao mesmo tempo, teve o seu lado negativo, no que se referiu à transformação do corolário da crise do poder. Ele teceu severas críticas aos que afirmaram que não houve uma revolução burguesa no Brasil, como se admiti-la implicasse pensar a história brasileira de acordo com os esquemas repetitivos da história europeia.

<sup>6</sup> Esse conceito é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico. Define-se como resultado de um determinado sistema de produção. Como parte deste sistema, num determinado momento do seu desenvolvimento na história – do capitalismo monopolista – e como parte que é uma de suas especificidades nessa fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista).

Fernandes mostrou que, no Brasil, houve outro modelo de revolução, diferente do modelo “clássico”, que teria conduzido ao capitalismo independente e à democracia política, conforme vivido na Europa. A brasileira foi, antes de tudo, uma revolução periférica, com sérias consequências para o capitalismo dependente, na dominação externa e autocracia burguesa. A revolução burguesa aparece como uma ideia de fronteira externa do capitalismo mundial<sup>7</sup>. O conteúdo essencial desse fenômeno foi a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, sociedade e cultura, adotando assim um padrão europeu nessas esferas.

Ao mesmo tempo em que se adotou esse tipo de revolução, assistiu-se também a uma universalização do trabalho assalariado e da expansão da ordem social competitiva. O que houve foi uma revolução econômica autêntica, conseguindo articular, no mesmo *time* histórico, o latifúndio e o imperialismo. Segundo Fernandes (1972, p. 20), “um desenvolvimento capitalista articulado não produz uma transformação capitalista de natureza diferente da que se pode observar nas sociedades capitalistas autônomas e hegemônicas. O que varia é a intensidade e os ritmos do processo”.

Cabe à economia periférica estabelecer e definir os ritmos e liames da dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Contudo, “o desenvolvimento capitalista logrado trouxe consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado” (FERNANDES, 1972, p. 25). Nesse sentido, não houve um “modelo democrático” burguês de transformação capitalista. Fernandes buscou entender as “conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista”, nos casos de “dupla articulação”. O que houve foi a implantação de um “modelo autocrático burguês de transformação capitalista”, tipicamente observado em formações dependentes do capitalismo periférico.

---

<sup>7</sup> O capitalismo dependente é pensado como “forma periférica e dependente” do capitalismo monopolista.

A tese discutida mostra dois aspectos que não podem ser desprezados. Em primeiro lugar, que a transformação capitalista apresenta, em todos os seus aspectos, um caráter burguês. Em segundo lugar, que esse tipo de dominação é inevitavelmente independente das formas políticas usadas no seu exercício. Assim, pode-se afirmar que o capitalismo periférico provoca um desenvolvimento, ainda que desigual e dependente, reproduzindo no seu âmago características estruturais e dinâmicas essenciais do capitalismo central, a exemplo da competitividade e da produção da mais valia.

A modernização não exclui, dessa forma, a existência de divergências quanto à aplicação desse modelo em países como o Brasil, que adotou, desde o início, um modelo dependente, subdesenvolvido – haja vista o forte indicador da discrepância social entre os que possuem e os despossuídos – além da marca maior que foi a da imperialização a que esteve sujeito. Estruturalmente falando, combinou-se no Brasil, de um lado, a transformação capitalista, e de outro a dominação burguesa, atados a laços que permitiram uma constante atualização modernizadora a que esteve sujeito o capitalismo mundial.

### **Capitalismo dependente**

Florestan Fernandes negou as explicações utilizadas até então de que o subdesenvolvimento poderia ser visto como “atraso” ou outras visões que apontavam que a urbanização e industrialização incipientes<sup>8</sup> eram as forças motrizes da explicação das mazelas sociais. Condenou explicações que a superação desse subdesenvolvimento se daria via aceleração do crescimento econômico. As suas bases explicativas se deram no sentido de entender como o sistema de classes sociais dinamizou esse modelo de desenvolvimento capitalista periférico e dependente. Não queria, com isso, dizer que a dependência se dava exclusivamente entre nações, porque o Estado-Nação, ainda que fosse uma instância importante na análise, não era o principal agente histórico.

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, ele atacou frontalmente os economistas cepalinos, como Raul Prebisch que justificavam o atraso com base no modelo de desenvolvimento adotado.

A explicação sociológica para o subdesenvolvimento deveria ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, “o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica” (FERNANDES, 1968b, p. 35).

A fim de melhor compreender o capitalismo dependente, faz-se necessário recorrer ao entendimento de como se constituíram os sistemas de classes nas formações capitalistas brasileiras, sejam elas dependentes, autônomas ou hegemônicas. O papel central dessas classes é a fonte central de sua teoria. A dependência não foi exclusivamente externa, conforme citado anteriormente, mas teve influências endógenas, passando da periferia para os centros hegemônicos. Nesse propósito, características exógenas e endógenas se combinaram, sendo que umas não se fortaleceram sem as outras. Coube às burguesias locais articularem parcerias frente às burguesias hegemônicas, a fim de exercerem dois tipos de dominação: externa e interna.

O capitalismo latino-americano, cujo expoente é o modelo brasileiro, reproduziu formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo dos núcleos hegemônicos, visando à acumulação de capital. As riquezas produzidas foram compartilhadas entre as burguesias locais e o capitalismo mundial, excluindo a ideia de monopolização do excedente econômico por alguns agentes privilegiados.

Porém, houve, de fato, uma depleção de recursos à custa dos trabalhadores assalariados, que foram submetidos a situações constantes de sobreapropriação e sobreexploração capitalistas. De um lado, direção, controle, apropriação e expropriação econômica das economias hegemônicas sobre as economias dependentes, e de outro, a adoção de um modelo de dominação interna, em que os setores sociais dominantes exploraram ao máximo as classes dominadas, com o intuito de garantir os seus próprios privilégios e a partilha do excedente econômico. Ao contrário do que se acreditava então, a burguesia local<sup>9</sup> teve um papel

<sup>9</sup> Não é que existam duas burguesias, uma local e outra estrangeira, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças à qual interesses burgueses internos e externos e fundem

atuante no sentido de formar um capitalismo dependente, caudatário do capitalismo mundial, não sendo apenas coadjuvante nesse propósito. Houve um padrão de acumulação de capital que foi típico da relação desigual das burguesias envolvidas, designada por Fernandes como sobreapropriação repartida do excedente econômico. O entendimento sobre as classes, que são inerentes ao capitalismo, foi o seguinte:

A classe social só apareceu onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado Nacional formalmente representativo. (FERNANDES, 1968b, p. 36).

A sociedade capitalista é, então, uma sociedade aberta, em que a distribuição da população produz diferenciação e desigualdade social. Possui, no seu interior, ajustes reguladores de privilégio econômico, com inúmeras consequências sociais, culturais e políticas. Não se pode deixar de dizer que a democracia burguesa também é tributária do funcionamento do modo de produção capitalista, cujo papel decisivo está no controle de suas crises.

No Brasil, esse modelo de capitalismo dependente e periférico, foi o que Fernandes designou de capitalismo selvagem, já que conjugou de forma desigual, crescimento econômico dependente, concomitante à exclusão e miséria da maioria da população, que sempre se encontrou alijada de quaisquer direitos sociais.

Quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem círculos sociais que são, de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como 'integrados' e 'desenvolvidos'. Tais setores coexistem com a massa de despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade sócio-econômica, à exclusão cultural e política. (FERNANDES, 1968a, p. 240).

A exclusão da maioria e a dominação da minoria aparecem em uma organização profundamente desigual, o que explica os direitos sociais como próprios da natureza humana, e não como fruto das desigualdades sociais advindas do capitalismo. Essa burguesia local não abriu, em nenhum momento, espaço para que as demais classes se desenvolvessem autonomamente, a fim de formarem em conjunto a ordem social competitiva. Exercendo uma imposição burguesa perversa, em que grande parte da população atingiu níveis insustentáveis de miséria e espoliação, essa burguesia foi incapaz de se contrapor às estruturas de dependência exógena, daí o fato de ter sido impedida de assumir plenamente a revolução, ao contrário do que houve na Europa<sup>10</sup>.

As análises de Fernandes destacam a possibilidade de autonomia das nações capitalistas dependentes. No entanto, esse modelo de dependência nunca foi pertinente ao Brasil, pois nunca houve o interesse da burguesia local em subverter a ordem em que se encontra instituída, bem como inverter o *status quo* das classes trabalhadoras. Não há nenhuma possibilidade de mudança a curto ou médio prazo, em se tratando de sociedades dependentes. Tampouco, vislumbra-se uma ideia de universalidade de direitos humanos. A transformação capitalista, quando há, visa beneficiar apenas uma pequena minoria privilegiada.

O que interessa, então, às burguesias locais<sup>11</sup> é conseguir vantagens relativas, isto é, migalhas da submissão ao imperialismo. Esforçam-se constantemente para que consigam o mínimo de equilíbrio de poder, em um cenário contaminado pela pobreza da população. Entretanto, essa incapacidade de uma visão macro do seu papel frente aos seus compromissos estrangeiros a fez ficar debilitada. Isso porque, ao excluir e enfraquecer os outros protagonistas sociais, essa burguesia local ficou sozinha para enfrentar seus adversários.

Outra questão levantada refere-se à própria ideia de instigar o proletariado, sem aceitar a democratização que impunha às nações do

---

<sup>10</sup> Isso porque lá “as classes sociais submetidas à expropriação e espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder” (FERNANDES, 1972, p. 22).

<sup>11</sup> Outra crítica é que essa burguesia é débil e vacilante enquanto classe, ao mesmo tempo em que são muito fortes nas sociedades em que dominam.

capitalismo desenvolvido. Para Fernandes “restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras”, não sabendo que é no conflito e no confronto entre as classes que repousa a dinamização do capitalismo e a conseqüente mudança social (FERNANDES, 1972, p. 24). Ao anular o papel desses dois elementos, faz muito mais reduzir do que fomentar transformações, ainda que próprias do estágio capitalista.

### **A função educadora no papel do capitalismo dependente**

Para Fernandes, a educação brasileira encontra-se submetida a esse papel de anular e impedir o crescimento das classes trabalhadoras, em detrimento dos interesses particularistas da burguesia nacional. Por um lado, vê-se a submissão do modelo educacional às vicissitudes da economia exógena, com a importação de modelos, além da própria pressão imposta pela economia endógena, cerceando o seu desenvolvimento, a fim de formar pessoas incultas e incapazes de enxergar a situação de exploração a que são submetidas, encorpando o exército de reserva, muito útil para o trabalho mal remunerado e subserviente.

A educação, longe de se prestar ao papel de instruir para o confronto e para o conflito, condições essenciais para o desenvolvimento, caminha muito mais para a aceitação das regras e valores servis a uma determinada classe ou grupo, mas, ao mesmo tempo em que pouco instrui e prepara os menos abastados, acaba por contaminar também a própria burguesia, pois esta se vê constantemente debilitada e a pensar além das alternativas presentes.

Ao pensar no papel redentor da educação, no sentido de libertação das classes oprimidas para se imporem frente aos mecanismos de sua total alienação, Florestan Fernandes buscou se dedicar aos estudos educacionais, aplicando um maior rigor e um novo padrão científico de análise. Para Fernandes, o primeiro impulso de pensar a educação empreendida no país, foi em ocasião do movimento abolicionista,

quando vislumbrou gerar “a primeira experiência histórica de populações urbanas ou rural urbanas brasileiras na esfera da secularização do pensamento e dos modos de entender o funcionamento das instituições” (FERNANDES, 1968b, p. 37).

A educação, naquele período, cujos interlocutores eram os próceres do pensamento da época<sup>12</sup>, visava construir uma nação sem povo, incorporando esse mesmo povo, desprovido de qualquer conhecimento, aos propósitos nacionalistas de então. Outro momento de apurada análise da questão educativa foi quanto ao período de institucionalização da Universidade de São Paulo, especificamente na Criação da Escola Livre de Sociologia paulista.

Nas sociedades de organização democrática, a luta pelo poder e pela preservação ou transformação da ordem social pressupõe a inclusão no nível intelectual médio, de conhecimentos que proporcionem alguma espécie de previsão sobre o curso futuro dos processos sociais. (FERNANDES, 1968a, p. 239).

Desse modo, Fernandes entende que não dá para pensar na organização da sociedade, sem passar pelo entendimento da sociologia e da educação. Ainda que herdeiro de Azevedo, rompeu com vários pensamentos deste, fundando uma nova sociologia voltada ao âmbito educativo. Entender a educação passa pela compreensão do que foi a revolução social brasileira, que se iniciou com a desagregação do sistema servil, com a implantação da República, abrindo espaços para uma sociedade democrática e igualitária de respeito à pessoa humana, à dignidade e aos méritos independentes de cada indivíduo (MATUÍ, 2001). A educação em pouco contribuiu para a mudança porque estava atrelada à necessidade de impor o conformismo e incapacitada de incluir todos aqueles destituídos de poder na sociedade.

Outra questão que, segundo Fernandes, aprofundou a crise educacional foi a “preparação científica dos educadores” impregnada de uma função meramente “livresca e informativa”, submetida ao aparato conceitual formulado pela *intelligentsia* europeia. Daí a necessidade de

<sup>12</sup> Alguns intelectuais da época, como Oliveira Viana e Nina Rodrigues assim pensavam.

criar um rigor metodológico e científico quanto ao trato dos problemas brasileiros. Criticava a formação oferecida pela Universidade de São Paulo (USP), acreditando que “os cursos monográficos eram de escolha arbitrária dos professores. O que era ótimo para simplificar as tarefas docentes, mas péssimo em termos daquilo que deve aprender um estudante de ciências sociais” (FERNANDES, 1972, p. 24).

Ao término do seu curso de mestrado, cuja dissertação foi a *Organização social dos Tupinambá*, ele assumiu, no Jornal de São Paulo, no ano de 1946, uma sessão semanal dedicada aos estudos do “homem e a sociedade”. Nessa sessão publicou trabalhos sobre a educação no interior do Brasil, aplicando o conceito de demora cultural para se referir ao atraso brasileiro (SAVIANNI, 1996). Nessas publicações defendeu o papel do Estado em promover uma verdadeira guinada na proposta de implantar um sistema educativo acessível a todos. O dilema educacional brasileiro estaria concentrado na situação de subdesenvolvimento que, ao mesmo tempo, coloca a necessidade de intervenção e obstáculos para que essa intervenção se efetive (SAVIANNI, 1996, p. 82).

A estabilidade e a evolução do regime democrático estão exigindo a extensão das influências socializadoras da escola às camadas populares e a transformação rápida do estilo imperante de trabalho didático, pouco propício à formação de personalidades democráticas. (FERNANDES, *apud* SAVIANNI, 1996, p. 80).

O dilema apresentado por Fernandes induz a pensar que é originado das instituições deficientes de ensino, que requerem alterações complexas, onerosas e profundas e, no entanto, não podem contar senão com “meios de intervenção suficientes para fazer face, com expectativas definidas de sucesso, às exigências práticas da situação” (SAVIANNI, 1996, p. 76).

Pensando dessa forma, Florestan Fernandes se dedicou à Campanha em Defesa da Escola Pública, desencadeada em 1959, em torno da discussão e aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, levando esse projeto e suas ideias revolucionárias país a fora. Voltando às suas próprias origens pobres, disse:

O meu estado de espírito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a sua vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações igualmente degradadas de maneira severa, naquela época. (FERNANDES, 1984, p. 23).

A sua defesa da educação foi no sentido de defender uma escola pública e de qualidade que, de fato, ampliasse a instrução para todos indiscriminadamente, até o alcance da universidade. Foi essa militância que o conduziu ao Congresso Constituinte em 1986, participando intensamente da elaboração do capítulo da educação na Constituição que seria promulgada em outubro de 1988, e posteriormente, na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação. Atuou diretamente em todos os espaços de discussão até a sua morte, em 1995, quando ainda era deputado federal em segundo mandato (SAVIANNI, 1996, p. 82).

Sobre essa participação nos debates sobre a educação e a riqueza de contatos que teve com diferentes setores da sociedade civil, afirmou:

Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. (FERNANDES, *apud* SAVIANNI, 1996, p. 82).

Sobre as experiências que o marcaram sobre esse contato e sobre a missão que lhe coube nesse objetivo de pensar em termos práticos a educação, assim se posicionou:

Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a consciência burguesa em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista. (FERNANDES, *apud* SAVIANNI, 1996, p. 84).

Saviani (1996) lembra que a experiência prática de militância em defesa da escola pública foi decisiva na formação e amadurecimento de Florestan Fernandes. Aquele momento histórico lhe permitiu articular investigações com o seu grupo de pesquisa, resultando na elaboração de escritos, como a *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*.

Consta nas suas auto-análises um *mea culpa*:

O maior erro que ocorreu na USP foi o de conferir à antiga Faculdade de Pedagogia e à Licenciatura o segundo plano, de companheiros de viagem de terceira qualidade. Desde o início a Pedagogia deveria, pelo menos ter uma preeminência à Filosofia. (FERNANDES, 1995, p. 25).

Outra contribuição de Fernandes foi demonstrar, na sua interpretação, a possibilidade de mudança:

Há uma revolução silenciosa em marcha, uma revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los – pois não tem como!), e ao clamor dos que se proletarizam (também milhões), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma sociedade nova, como produção social dos oprimidos. (FERNANDES, 1995, p. 26).

Em entrevista citada por Saviani, respondendo a uma pergunta sobre a globalização e a economia, pouco antes de falecer, assim se posicionou:

Os efeitos previsíveis desse processo em marcha é a herança bárbara que se choca com as aspirações de igualdade, liberdade, democracia, cidadania, universalização da educação de qualidade e tudo o mais. [...] Os socialistas não são, como muitos insistem, equivalentes dos dinossauros em busca de nova glaciação. Ao contrário, detêm os meios de análise dos processos que estão em efervescência e, ao mesmo tempo, lutam pelas alternativas

que restam à humanidade em virtude da incapacidade do capitalismo de responder positivamente às exigências mínimas do viver coletivo com dignidade. (FERNANDES *apud* SAVIANNI, 1996, p. 82).

### **Considerações finais**

Este trabalho foi um esforço de reconstituir um pouco da obra de Florestan Fernandes, levantando questões que permearam o seu pensamento, como capitalismo dependente e periférico e revolução burguesa. Pretendeu, sobretudo, mostrar quais foram os desafios apresentados pela educação, que impediram o acesso da população aos seus propósitos formadores. Graças ao sistema de ensino brasileiro, ainda que tenham acontecido alguns avanços no século XX, não conseguimos satisfazer, de fato e de direito, as necessidades educacionais das classes trabalhadoras, no sentido de abrangê-la em uma educação de qualidade e acessível em todos os níveis.

Florestan Fernandes afirmava que, somente em vias da democratização da escola pública e da apropriação do conhecimento por todos, seria possível uma sociedade livre e igualitária. Daí a impossibilidade de pensar uma educação de jovens e adultos em uma sociedade, por si só, desigual e de classes. Somente com uma boa educação seria possível adaptar a sociedade às inovações e às tendências do desenvolvimento econômico e avanço social, fazendo com que se desfizesse o capitalismo dependente que, de uma maneira ou de outra, é o grande empecilho do desenvolvimento da sociedade como um todo. Somente pelo veio educacional é possível, de acordo com as análises de Fernandes, esmagar as barreiras que separam o Brasil de outras nações desenvolvidas. Barreiras essas que impedem a construção de uma sociedade democrática e avançada, em termos de distribuição social.

## **CELEBRANDO FLORESTAN FERNANDES Y LA CUESTIÓN DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA**

**Resumen:** El actual artículo discutirá a brasilenña, pregunta educativa insertada en un contexto más grande del capitalismo dependiente y periférico, usando como acercamiento básico el pensamiento de Florestan Fernandes. El centro de su análisis era pensarlo de términos de la formación de la sala de clase diligente, con calidad accesible y teniendo como objetivo para hacer posible la construcción de una sociedad democrática y exime. Discutiremos porque la educación joven del adulto de e pensada de términos de la autonomía es incompatible con la sociedad capitalista.

**Palabra-llave:** Capitalismo dependiente. Educación brasileña. Educación. Revolución bourgeois brasileña.

### **Referências**

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Revisitar Florestan. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo (ANPOCS), ano 11, n. 30, p. 11-15, fev. 1996.

CAMACHO, Thimóteo. Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil. **Estudos de Sociologia**. N. 2, vol. III, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968a.

\_\_\_\_\_. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1968b.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Ciências Sociais na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, São Paulo (USP), v. 8, n. 22, p. 123-138, set.-dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Entrevista à Folha de S. Paulo. **Caderno Mais!** São Paulo, n. 112, p. 25-26, 20 ago. 1995.

IANNI, Octávio. Sociologia Crítica. In: \_\_\_\_\_. **O Saber militante.** Ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo (ANPOCS), ano 11, n. 30, p. 23-28, fev 1996.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes.** Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. 1995. Texto disponível em: <<http://www.iea.Usp.br/artigos>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

MATUÍ, Jiron. **Cidadão e professor em Florestan Fernandes.** São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Demerval. Florestan Fernandes e a educação. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.

*Artigo recebido em: 10/10/2009*

*Aprovado para publicação em: 2/10/2010*